

tagens de um e de outro sistema do que os próprios chefes de família, muitos deles forjados naquele tipo de aprendizagem que a legislação trabalhista fulminou.

É minha intenção apresentar uma proposição que permita o restabelecimento daquela forma de treinamento profissional, cabendo ao chefe de família se entender com o empresário dentro do que lhe pareça mais proveitoso para o filho, resguardados as condições de alfabetização e higiene etc. Espero contar com a valiosa contribuição dos meus ilustres pares a fim de que o citado Projeto seja aperfeiçoado, de forma que se consiga um diploma legal capaz de atender eficientemente às necessidades da mocidade brasileira.

Quero-me referir, também, à disposição dos norte-americanos de limitar as suas plantações de algodão, o que dá uma chance de colocar todo o algodão brasileiro produzido, como é de grande interesse para nós.

Deixo aqui um voto de louvor à política norte-americana do algodão, que tem compreendido a vantagem de restringir a sua produção a fim de ajudar os países subdesenvolvidos. Estes atos precisam ser, no seu devido tempo, reconhecidos por aqueles países que vão usufruir, na realidade, essa restrição norte-americana. (Muito bem)

O SR. ITALO FITTIPALDI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 7 de agosto próximo passado, regressava, em companhia do Deputado Montenegro Duarte e dos editores Mário Fittipaldi e I de Abreu de Recife, pelo "One-I ven" da VASP.

Esta viagem, Sr. Presidente, trouxe para todos nós um tremendo dissabor, pois sofremos violentíssima intoxicação a bordo daquela aeronave. Basta dizer que o Deputado que ora se encontra na tribuna ficou doze dias acamado gravemente em decorrência desse fato. O nobre Deputado Montenegro Duarte ficou cinco dias acamado em Brasília, também em grave estado, e os editores que há pouco nomeei sofreram as consequências graves dessa intoxicação.

Avesso ao escândalo e compreendendo as vicissitudes por que passam as grandes empresas de navegação do País, solicitei ao nobre 3º Secretário desta Casa, Deputado Aroldo Carvalho que tomasse as devidas providências junto à VASP, uma vez que não era a primeira falta cometida por esta companhia em relação ao tratamento dispensado aos Deputados que usam as suas aeronaves. Já por diversas vezes, sabem-nos os companheiros que vêm do Sul para Brasília, isto tem ocorrido.

O que me causa espanto, Sr. Presidente, são os termos do ofício que acaba de receber o Sr. Deputado Aroldo Carvalho:

Diretoria — AD-574-68,
São Paulo, 17 de setembro de 1968.

Exmo. Sr.

Deputado Aroldo Carvalho,
MD 3º Secretário da Câmara dos Deputados.

Brasília — DF.

Senhor Deputado:

Acuso o recebimento do telegrama de Vossa Excelência, número 0671, no qual transmite, a pedido do Deputado Italo Fittipaldi, informações quanto ao serviço de bordo desta Empresa, no trecho Recife-Rio de Janeiro, voo do dia 7 de julho p. p. A propósito, tenho a informar o que se segue.

O assunto mereceu a maior das atenções desta Empresa, pela gravidade de que se reveste procedendo-se a rigorosa sindicância interna, razão de demorada presente resposta.

Causaram-nos surpresa as informações prestadas pelo nobre Dep. Italo Fittipaldi, pois o fornecedor da VASP, em Recife, como os demais, primam pela qualidade dos alimentos servidos, aliada à mais completa higiene e apresentação, conforme temos constatado em periódicas inspeções.

É de salientar que nenhum outro passageiro ou tripulante do citado voo apresentou qualquer sintoma semelhante, o que nos leva a crer não tenha sido a refeição de bordo a causa primordial da indisposição que acometeu o ilustre Parlamentar.

Estes os esclarecimentos que me competia transmitir a Vossa Excelência, atendendo aos termos do telegrama supra-citado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Viação Aérea São Paulo S.A. "VASP" — Oswaldo Pamplona Pinto, Diretor-Presidente.

Sr. Presidente, o que me provoca estranheza é o fato de que o Sr. Presidente da VASP declara que mandou proceder a uma "rigorosa sindicância". Se S. S. tivesse realmente realizado esta "rigorosa sindicância", saberia que além do Deputado Montenegro Duarte, além dos editores Décio Abreu e Mário Fittipaldi, também um tripulante desse avião ficou acamado no Rio de Janeiro, naturalmente em consequência da intoxicação sofrida.

Aproveito o ensejo em que me encontro nesta tribuna falando sobre a VASP, para fazer uma crítica candente à atual administração, que toma ciência das reclamações justas que a ela são apresentadas desta forma que V. Ex. acaba de verificar. Faço críticas candentes quanto a menos caso, ao desprezo que esta administração também vem dando a sua infra-estrutura. Estamos observando que, por medidas adotadas, a atual diretoria, funcionários são despedidos para mais tarde serem readmitidos em condições vexatórias. Estamos observando, ainda, que a VASP, em decorrência disso tudo, está funcionando numa "verdadeira operação tartaruga". Vejo aqui ao meu lado o nobre Deputado Leonardo Mônaco que pode testemunhar o que aconteceu na última viagem. Chegamos a Brasília procedentes de São Paulo, pelo One Etepen da VASP, e não ficamos sabendo para onde tinham sido remetidas as nossas bagagens. Não tivemos qualquer comunicação, não nos deram a mínima satisfação. Isto nos faz lembrar até do tempo em que a VASP era dirigida com uma disposição pouco comum de parte da sua diretoria, com verdadeiro ódio aos seus funcionários.

Chamo a atenção, em particular, do Sr. Diretor-Presidente da VASP para os atrasos sucessivos que esta companhia vem tendo em seus horários. É a máxima desconsideração, não sómente para com os Srs. Parlamentares, mas também para com todos os usuários da VASP.

Faço votos, Sr. Presidente, para que esta minha fala chegue ao conhecimento do Sr. Governador do Estado de São Paulo, porque a VASP é uma companhia dirigida pelo Governo daquele Estado e a este compete tomar todas as providências, para, pelo menos, colocar a VASP em nível de igualdade com as outras companhias existentes no País.

Note V. Exa. que a mim é muito doloroso falar nestes termos porque, Deputado por São Paulo, teria o máximo prazer em prestigiar a VASP. No entanto, não posso fazê-lo porque estou vendo que a VASP está apenas deservindo os seus usuários. (Muito bem)

O SR. JOSE FREIRE:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na sessão de ontem do Congresso Nacional, tivemos oportunidade, desta tribuna, de fazer um relato baseado em dados concretos sobre a paralisação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, em virtude da greve de seus funcionários, que não recebem seus vencimentos há mais de três meses, e principalmente da péssima situação financeira daquela entidade, agravada pelo fato de o Governo Otávio Lage não pagar as dívidas do Estado por serviços efetivamente prestados por ela.

Sr. Presidente, todos os integrantes deste Parlamento sabem o que representa a paralisação de uma Santa Casa de Misericórdia. É falta de atendimento às camadas pobres, não vinculadas aos Instituto de Previdência Social, que não têm condições de frequentar os consultórios médicos particulares e farmácias. Os pavilhões da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, estão vazios porque os seus funcionários estão em greve. Não há médicos, não há enfermeiras, ninguém que possa atender os doentes da capital e do interior que acorrem à Santa Casa de Misericórdia.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, há dias, vim lutando na Comissão de Orçamento para conseguir incluir no próximo exercício financeiro uma verba substancial que possa dar condições à Santa Casa de Misericórdia de Goiânia de prestar os muitos serviços que ela vem prestando há tantos anos. Vimos ontem à noite coroado de êxito o nosso trabalho. Conseguimos — evidentemente ainda não é aquilo que desejávamos, incluir para o próximo exercício financeiro a importância de 60 milhões de cruzeiros para aquela instituição.

Por outro lado, queremos também anunciar que o dinâmico e extraordinário Prefeito de Goiânia, que vem dando nova fisionomia à capital do nosso Estado, reconhecendo a necessidade de ajudar a Santa Casa de Misericórdia, já autorizou a Secretaria de Finanças a entregar na próxima segunda-feira, a importância de 15 milhões de cruzeiros àquele núcleo. Assim, esperamos que talvez na próxima terça-feira a Santa Casa retorne ao atendimento das camadas necessitadas. (Muito bem)

O SR. LEO NEVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná foi enlutado por duas perdas irreparáveis, que neste instante com profundo pesar registro nesta Casa. O Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, pertencente a tradicional família paranaense, homem de privilegiada inteligência e de sólida cultura jurídica, que exerceu por várias vezes a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve a sua vida ceifada no pleno exercício da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Personalidade de alto gabarito, apenas não pôde, como merecia, alcançar-se a tribunais de maior expressão no País, como o Tribunal Federal de Recursos e o Supremo Tribunal Federal, reivindicações, aliás, que o Paraná, em uníssono, tem pleiteado e o Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa seria, sem dúvida alguma, uma das figuras mais qualificadas e habilitadas para tais funções. Pertencente a família de políticos, irmão do Vice-Governador e ex-Deputado Plínio Costa e do atual colega nosso de representação, Deputado Federal Alberto Costa, o Desembargador ora falecido realmente era uma das expressões mais legítimas e significativas da inteligência e da cultura e da honra do Estado do Paraná.

Registro com profundo pesar o seu falecimento, estendendo a toda a família jurídica de nosso Estado e também aos seus familiares nossas mais sentidas condolências.

Outra perda que acaba de sofrer o Paraná lamentavelmente, é a de ex-Deputado Estadual Waldemar Daros, que pertencia inicialmente ao Partido Socialista, depois ao Partido Trabalhista Brasileiro, onde por três legislaturas representou o povo na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Advogado dos mais brilhantes abandonou sua banca para consagrar-se exclusivamente à política. Foi um daqueles que faziam da atividade política um autêntico e verdadeiro sacerdócio. Dedicou-se a campanhas de alto interesse popular, como a de combate ao absurdo cometido pela então Companhia de Força e Luz do grupo AMFORP, e também da Telefônica, do grupo ITT. Como fruto de sua luta, essas duas empresas pertencem hoje à Telefônica ao Governo Federal, à ELETROBRAS. Foi vítima Waldemar Daros, ao lado de muitos outros, das injustiças praticadas neste País após 1º de abril de 1964. Ele e mais quatro Deputados estaduais do Paraná, em dúvida dos mais atuantes, dos mais destacados, dos mais idealistas, sem conotação ideológica extremista, foram cassados, tiveram seus direitos políticos suspensos e por sinal eram aqueles que faziam uma oposição mais tenaz, mais sistemática, mais combativa ao então governo estadual do Paraná.

Waldemar Daros morreu prematuramente, aos 52 anos de idade. E creio que não diria muito se aqui expressasse que ele começou a morrer quando sofreu a injustiça da suspensão dos seus direitos políticos e da cassação de seu mandato de Deputado estadual. Homem que se consagrava inteiramente à política, político que se poderia chamar, em termos de atuação pessoal e de convicção, como quimicamente puro, sofreu um golpe duríssimo ao ser cassado e ressaltou-se que não sofreu IPM, ou qualquer tipo de acusação por corrupção ou subversão. Jamais foi chamado, enquadrado ou indiciado, o que deixa claramente evidenciada a injustiça de sua cassação.

Perde, agora o Paraná um dos homens públicos de maior expressão, um dos políticos mais idealistas que meu Estado já teve. Registro, portanto, com profundíssimo pesar o falecimento de Waldemar Daros e consigno os meus mais sinceros à sua família e à família política do Paraná. (O orador é abraçado.)

O SR. MILTON BRANDÃO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, depois que comparecemos à Comissão de Finanças estabelecida na Comissão de Minas e Energia, presidida pelo ilustre Deputado Edilson Távora, e ali assistimos à palestra do Major Ary Moreira, atual Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Ouvimos, em parte, aquele ilustre engenheiro e o seu relato a respeito do órgão que ora dirige. Pudemos constatar a segurança do seu pronunciamento, seu desejo de lutar para que o DNOCS se transforme num órgão capaz de realizar empreendimentos na região do Nordeste. Na verdade, Senhor Presidente, o DNOCS realizou trabalho dos mais edificantes em toda aquela área. Foram levados a efeito importantes empreendimentos, não somente no setor rodoviário como, também, na construção de açudes. E o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas ainda foi o órgão que iniciou a construção da grande Hidrelétrica de Boa Esperança. Todavia, de alguns anos para cá aquele órgão foi transformado em autarquia por iniciativa de muitos Deputados desta Casa, como, por exemplo, Virgílio Távora,